



Religião

- Muçulmanos : **98.7%**
- Outras : **1.3%**

População

6.330.000

Superfície

1.676.198 Km²

Disposições legais em relação à liberdade religiosa e aplicação efetiva

Desde a queda do regime de Muammar Kadafi em 2011, a Líbia tem estado mergulhada numa situação muito confusa. Após as eleições de Junho de 2014, a violência irrompeu entre o governo internacionalmente reconhecido do Primeiro-Ministro Abdullah al-Thinni na cidade oriental de Tobruk e o Congresso Geral Nacional em Trípoli. Depois de conversações de paz com o apoio da ONU, as administrações rivais assinaram um acordo em Dezembro de 2015 para formarem um governo interino unificado. Segundo o acordo, deveria ser formado um conselho de ministros composto por nove membros e encabeçado pelo Primeiro-Ministro Fayez Sarraj e um "Governo de Acordo Nacional" interino para renovar as instituições estatais e realizar eleições no prazo de dois anos. A administração em Trípoli aceitou o governo de unidade em Janeiro de 2016, mas o governo sediado em Tobruk recusou-se a reconhecer o governo de unidade reconhecido internacionalmente. Grupos extremistas violentos e organizações terroristas, incluindo o Daesh (ISIS) usaram o vazio de poder e a inação do governo para expandirem a sua influência na Líbia em partes do território que ficam fora do controlo governamental.

Mais recentemente, a França propôs um plano para eleições parlamentares e presidenciais, a ocorrerem a 10 de Dezembro de 2018 com a intenção de pôr fim ao impasse político.^[1] Em Maio de 2018, os quatro principais líderes, Fayez al-Sarraj (primeiro-ministro do governo da Líbia em Trípoli com apoio da ONU), Khalifa Haftar (líder militar do leste do país), Aguila Saleh (presidente da Câmara dos Representantes) e Khaled al-Mishri (chefe do Conselho de Estado) endossaram o acordo, mas não o assinaram.^[2] Concordaram também que deveria ser adoptada uma base constitucional para eleições e leis eleitorais a 6 de Setembro de 2018.

Desde 2011, a Líbia tem sido governada de acordo com os princípios da Declaração Constitucional Interina promulgada a 3 de Agosto de 2011 pelo Conselho Nacional Transitório (NTC). Esta declaração afirma que o Islamismo é a religião

do Estado e que a lei da sharia islâmica é a principal fonte de legislação (artigo 1.º). Ao mesmo tempo, garante aos não muçulmanos a liberdade de praticarem a sua religião. O artigo 6.º promove a igualdade de todos os líbios perante a lei. A Constituição temporária proíbe qualquer forma de discriminação com base em religião ou seita. A sua protecção constitucional da liberdade religiosa é a primeira deste tipo no país desde 1969.

A luta em curso entre governos rivais restringiu efectivamente a aplicação da lei. De acordo com o Departamento de Estado Norte-Americano, no seu Relatório de Direitos Humanos de 2017, não há aplicação de punições nem de proibições e todos os tipos de discriminação ocorrem.^[3] Além disso, as forças no poder não impediram os grupos extremistas de atacarem as minorias e os locais religiosos e de imporem os seus próprios padrões religiosos.^[4] As leis anteriores à revolução que restringiam a liberdade religiosa ainda são aplicadas. Insultar o Islamismo ou o Profeta Maomé e “instigar à divisão” são puníveis com a pena de morte.

As organizações de direitos humanos e a comunicação social reportaram crimes de guerra, tortura e crueldades contra migrantes e refugiados na Líbia, e citaram situações de rapto, violência sexual e abuso.^[5]

A educação religiosa islâmica é obrigatória nas escolas públicas e nas instituições de ensino privado. Outras formas de religião não são disponibilizadas nas escolas. Há vários locais de culto não islâmicos no país – incluindo os locais de culto de católicos, ortodoxos russos, gregos e ucranianos, evangélicos e seguidores da Igreja da Unidade –, mas muito poucos cristãos permanecem no país. A maior parte da população judaica deixou o país entre 1948 e 1967. Algumas famílias judaicas alegadamente permaneceram, mas não estão disponíveis estimativas da população. Os não muçulmanos estão restritos no seu direito de culto. E há restrições ao clero que procura vir de países estrangeiros quando eles se candidatam a vistos ou autorizações de residência de um ano.

A Igreja Católica está presente em várias partes da Líbia através de três Administrações Apostólicas e uma Prefeitura Apostólica. Em Fevereiro de 2016, o Papa Francisco nomeou o Bispo George Bugeja OFM como Administrador Apostólico de Benghazi e aceitou a reforma do Bispo Sylvester Carmel Magro. O Bispo Bugeja disse à Ajuda à Igreja que Sofre que a Igreja Católica não tem dificuldade em celebrar as suas liturgias, desde que elas sejam celebradas dentro das igrejas e os crentes sejam estrangeiros. Ao mesmo tempo, disse que a Igreja Católica está muito limitada a nível pastoral, devido à situação de segurança em Benghazi e Sebha e à difícil situação financeira causada pelo facto de os seus principais benfeitores terem deixado o país.

Em termos de culto islâmico na Líbia, o Ministério de Awqaf e dos Assuntos Islâmicos, uma organização quase caritativa pan-africana islâmica, tem autoridade sobre as mesquitas, supervisiona o clero e garante que as práticas religiosas cumprem os regulamentos governamentais.^[6] Este mesmo órgão disponibiliza aos imãs os textos dos seus sermões, que frequentemente contêm assuntos de natureza política e social.

Os observadores dizem que a continuação do conflito está a ter um impacto negativo na liberdade de expressão e de imprensa. A Declaração Constitucional temporária prevê essas liberdades, mas o governo limita o exercício desses direitos. A autocensura resultante de ameaças está presente em todos os sectores da comunicação social, de acordo com o Departamento de Estado Norte-Americano. Os ataques à imprensa, incluindo raptos, violência e assassinios, tornaram-se mais graves e generalizados. A liberdade de imprensa diminuiu ao longo do período deste relatório.^[7] No Índice de Liberdade de 2016 da World, a Líbia desceu 10 lugares em relação à sua posição de 2015 e ficou em 164.º lugar em 180.^[8] A situação só melhorou ligeiramente desde então e o país ocupa agora o 162.º lugar.^[9]

Incidentes

Num relatório de 2016, a Open Doors calculou que apenas havia 150 cristãos líbios. Devido às pressões que enfrentam, são obrigados a praticar a sua fé em igrejas “domésticas” clandestinas.^[10]

Em Novembro de 2016, um líbio que se converteu ao Cristianismo foi detido na cidade de Benghazi!^[11] O homem tinha estado em contacto com um colega convertido em Marrocos que o tinha ajudado, sendo acusado de “proselitismo nas

redes sociais e de denegrir o Islamismo”.[12]

Em Outubro de 2017, foram descobertos os corpos de 21 cristãos (20 coptas egípcios e um ganês) que foram decapitados em 2015 por jihadistas ligados ao autoproclamado Estado Islâmico na zona costeira da cidade de Sirte.[13] Em Setembro de 2017, o Vice-Procurador Público Libanês, al-Sadiq al-Sour, anunciou que as autoridades tinham detido um dos militantes do Daesh que estiveram envolvidos nas decapitações, nomeadamente o operador de câmara que filmou o vídeo dos assassinios. Deu às autoridades líbias detalhes sobre as mortes e sobre a localização dos corpos.[14]

Em Agosto de 2017, a Assembleia Constituinte propôs um texto como nova Constituição que foi rejeitado pela Comissão Suprema Ifta, que faz parte do governo interino de Awqaf e da autoridade dos assuntos islâmicos. O facto de o esboço da Constituição permitir a liberdade de pensamento, a liberdade de manifestação, o direito a formar organizações da sociedade civil e estabelecer igualdade entre homens e mulheres foi considerado inaceitável pela comissão. Embora a proposta de texto afirmasse que o Islamismo é a religião do Estado e que a sharia é a fonte de legislação, não definia “controles legítimos” da liberdade de pensamento e expressão. De acordo com a comissão, isto poderia abrir a porta à blasfémia (insultar Deus, o Profeta e os Companheiros) e “incentivar a apostasia baseada na liberdade de crença e na unidade das religiões” ao promover outras religiões para além do Islamismo.[15]

De acordo com um investigador líbio: “Trabalhos forçados e formas de escravatura são formas generalizadas de abuso e perseguição vividas por homens cristãos.” E acrescentou que “a forma de perseguição que ocorre sobretudo às mulheres e meninas cristãs é a agressão sexual e a violação. Além da dor dos danos físicos que estas agressões causam às vítimas, o trauma e sofrimento emocional que causa às suas famílias, amigos e colegas cristãos e muito elevado.”[16]

| Perspectivas para a liberdade religiosa

A liberdade religiosa, em teoria garantida pela Constituição temporária, é limitada na prática e deteriorou-se no período em questão. A proibição efetiva do proselitismo e as graves penalizações que podem seguir-se-lhe são objeto de grande preocupação. Tem havido um aumento dos assassinios de minorias religiosas, em especial cristãos, ligados a isso. As organizações extremistas islâmicas ganharam influência. Devido à rivalidade política e à falta de um governo unificado, as organizações extremistas, incluindo o Daesh, estão a expandir-se e a controlar partes do país. O tratamento desumano que os migrantes (sobretudo subsarianos) recebem na Líbia é uma questão de grande preocupação.

| Notas

[1] Abdulkader Assad, “France proposes 2018 elections plan to end Libya political stalemate”, 20 de Maio de 2018, <https://www.libyaobserver.ly/news/france-proposes-2018-elections-plan-end-libya-political-stalemate> (acedido a 8 de Junho de 2018).

[2] Patrick Wintour, “Libyan factions agree to hold elections on 10 December”, The Guardian, 29 de Maio de 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/may/29/macron-hosts-libyan-factions-in-paris-in-push-to-secure-elections> (acedido a 10 de Junho de 2018).

[3] Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, “Libya”, 2017 Human Rights Report, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/documents/organization/277499.pdf> (acedido a 11 de Junho de 2018).

[4] Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, Libya 2016 International Religious Freedom Report, <http://www.state.gov/j/drl/rls/irf/religiousfreedom/index.htm?year=2014&dclid=238468> (acedido a 11 de Junho de 2018).

[5] Justin Salhani, “Migration from Libya down but threat of torture, death remains”, 19 de Fevereiro de 2018, Al-Monitor, <https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2018/02/libya-migration-torture-refugees-europe-killed-security.html> (acedido a 10 de Junho de 2018); “Migrants in Libya were tortured and suffered trauma, Doctors Without Borders say”, Africa News,

18 de Dezembro de 2017, <http://www.africanews.com/2017/12/18/migrants-in-libya-were-tortured-and-suffered-traumadoctors-without-borders-say/> (acedido a 10 de Junho de 2018).

[6] Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho, International Religious Freedom Report for 2011 – Libya, Departamento de Estado Norte-Americano, <https://www.state.gov/documents/organization/193109.pdf> (acedido a 10 de Junho de 2018).

[7] Abdulkader Assad, “On Libya’s 7th revolution anniversary, journalists are at risk: RSF reports” Libya Observer, 17 de Fevereiro de 2018, <https://www.libyaobserver.ly/news/libyas-7th-revolution-anniversary-journalists-are-risk-rsf-reports> (acedido a 11 de Junho de 2018).

[8] “Worldwide Press Freedom Index 2016”, Nations Online, http://www.nationsonline.org/oneworld/press_freedom.htm (acedido a 12 de Junho de 2018).

[9] “2018 World Press Freedom Index – Libya”, Reporters Without Borders For Freedom of Information,

[10] “Libya ‘chaos’ makes it one of world’s most dangerous places to be a Christian”, World Watch Monitor, 12 de Agosto de 2016, <https://www.worldwatchmonitor.org/2016/08/libya-chaos-makes-it-one-of-worlds-most-dangerous-places-to-be-a-christian/> (acedido a 11 de Junho de 2018).

[11] Moutaz Ali, “Convert to Christianity arrested in Benghazi”, Libya Herald, 7 de Novembro de 2016, <https://www.libyaherald.com/2016/11/07/convert-to-christianity-arrested-in-benghazi/> (acedido a 11 de Junho de 2018).

[12] “Libyan Christian arrested for proselytizing”, World Watch Monitor, 8 de Novembro de 2016, <https://www.worldwatchmonitor.org/coe/libyan-christian-arrested-for-proselytizing/> (acedido a 10 de Junho de 2018).

[13] “Libyan authorities confirm: the bodies of the 21 Coptic martyrs have been found”, Agenzia Fides, 7 de Outubro de 2017, http://www.fides.org/en/news/63028-AFRICA_LIBYA_Libyan_authorities_confirm_the_bodies_of_the_21_Coptic_martyrs_have_been_found#.WdtUjpBvSUK (acedido a 11 de Junho de 2018).

[14] Nader Shukry, “Bodies of the Copts beheaded by Daesh, Libya, located”, Watani, 29 de Setembro de 2017, <http://en.wataninet.com/coptic-affairs-coptic-affairs/sectarian/bodies-of-copts-beheaded-by-daesh-libya-located/21419/> (acedido a 10 de Junho de 2018).

[15] “Draft constitution’s freedoms not acceptable say Beida government’s religious authorities”, Libya Herald, 2 de Agosto de 2017, <https://www.libyaherald.com/2017/08/02/draft-constitutions-freedoms-not-acceptable-say-beida-governments-religious-authorities/> (acedido a 12 de Junho de 2018).

[16] Helene Fisher, Elizabeth Miller, “Christian women at double risk of persecution – because of gender as well as religion”, 7 de Março de 2018, <https://www.worldwatchmonitor.org/2018/03/christian-women-face-twice-as-many-forms-of-persecution-as-men-for-gender-as-well-as-religion/> (acedido a 10 de Junho de 2018).